

13 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

# Clayton Camargo vence disputa acirrada no TJ

**Crítério da antiguidade  
foi utilizado para desempatar  
os dois candidatos mais  
votados pelos magistrados**



*Clayton é pai do  
deputado estadual pelo  
PTB Fábio Camargo*

## **DISPUTA NO TJ Clayton Camargo vence pelo critério de antiguidade**

**José Lazaro Jr.**  
*Reportagem Local*

**Curitiba** - O desembargador Clayton Camargo venceu nos pênaltis a disputa pela presidência do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, após um empate com Guilherme Luiz Gomes no segundo turno da eleição interna. Ambos fizeram 56 votos cada, mas como Camargo possui mais tempo de TJ que Gomes, ele conquistou a vaga pelo critério de antiguidade. Há 15 anos no Judiciário Estadual, Camargo assumirá a vaga de Miguel Kfoury Neto em fevereiro de 2013. O mandato é de dois anos.

O resultado surpreendeu quem esperava uma vitória fá-

cil do magistrado Guilherme Luiz Gomes, preferido de Kfoury no processo sucessório. Atual responsável pela estatização dos cartórios no Paraná, Gomes chegou a liderar o pleito no primeiro turno, quando obteve 40 votos contra 36 de Camargo, 21 de Sérgio Arenhardt e 18 de Regina Portes. Conforme o regramento interno, se ninguém obtivesse maioria simples dentro do colégio eleitoral de 120 desembargadores, ou seja, 61 votos nominais, haveria segundo turno entre os dois mais votados.

"Foi um pleito profundamente democrático, marcado pelo respeito mútuo entre os candidatos. Um exemplo do exercício pleno da democracia dentro do TJ. Desejo uma profícua gestão à nova cúpula", declarou o atual presidente do tribunal para a FOLHA. Em Brasília, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná, José Lucio Glomb, expressou bem o sentimento de surpresa provocado pela eleição.

"Qualquer pessoa que fosse eleita presidente do TJ deve ter em mente que a sua atuação é das mais importantes para o Estado. Deve respeito à legalidade e obediência aos princípios constitucionais", afirmou Glomb.

Pai do deputado estadual Fábio Camargo (PTB), o futuro presidente do TJ administrará um dos maiores orçamentos públicos do Paraná, estimado em R\$ 1,5 bilhão só para 2013. Na Assembleia Legislativa (AL), os primeiros a cumprimentarem Fábio foram Alexandre Curri (PMDB), Nelson Justus (DEM) e Romanelli (PMDB).

13 NOV 2012

**FOLHA DE LONDRINA**  
**MAZZA**

**Ganhou**

Conforme expectativas de desembargadores aposentados, Clayton Camargo levou a eleição para presidente do TJ. Prevaleceu o desempate da maior idade.

13 NOV 2012

# FOLHA DE LONDRINA

## Justiça proíbe greve de servidores em Cambé

**Edson Ferreira**  
*Reportagem Local*

A Justiça de Cambé (Norte) proibiu os servidores da prefeitura de paralisarem as atividades. O movimento da categoria teria início hoje e estava acertado desde a semana passada como protesto pelo atraso no pagamento da segunda parcela do reajuste salarial. Segundo o Sindicato dos Servidores Municipais (Sindserv), a mobilização seria a primeira de uma série de eventos semanais, cobrando da administração o cumprimento do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), aprovado em abril.

Na decisão liminar, proferida ontem, atendendo a um pedido apresentado pela Prefeitura de Cambé, o juiz Ricardo Luiz Gor-

la, considerou o "movimento grevista precipitado", pois a administração "reconhece a obrigação do reajuste, todavia, fundamenta o não pagamento na data aprazada em motivos sólidos". Para o magistrado, a prefeitura provou que não teve aumento na arrecadação e não teve condições de pagar os servidores no mês de outubro.

Na avaliação do Sindserv, o argumento da falta de recursos é falso. Segundo o presidente do sindicato, Carlos Aparecido da Silva de Melo, em entrevista à FOLHA na semana passada, quando o movimento foi deflagrado, "a prefeitura alega que não teve condições de pagar essa segunda parcela por causa da queda na arrecadação, mas nós fizemos uma planilha onde até com perdas de R\$ 6

milhões daria para pagar".

Além da questão orçamentária, a decisão judicial coloca a educação como serviço essencial "e sua paralisação pode gerar prejuízos imensuráveis aos alunos do ensino municipal, principalmente neste momento de encerramento do ano letivo". O sindicato informou que todas as escolas ficariam fechadas hoje, mas seriam mantidos atendimentos básicos, como por exemplo, na saúde. "Não entendemos educação como serviço essencial", afirmou Melo. Ele disse que o Sindserv vai recorrer da liminar. Na decisão, o juiz estipula multa de R\$ 5 mil por ato que "vise a turbar ou impedir o livre acesso dos servidores e cidadãos aos locais de trabalho".

## Começa julgamento de acusados de tortura a camaronês

**Rodrigo Batista**  
*Equipe Bonde*

**Paranaguá** - Teve início ontem o julgamento dos cinco estrangeiros acusados de tortura e tentativa de homicídio contra um camaronês em um navio de bandeira turca. O julgamento é realizado no Tribunal do Júri do Paraná em Paranaguá (Litoral).

Entre os réus, quatro são da Turquia e um é natural da Geórgia. O camaronês Odo-bo Happy Wilfred acusa os tripulantes do navio onde ele embarcou clandestinamente em litoral africano de o terem torturado e jogado ao mar,

em águas brasileiras. Os réus também são suspeitos de racismo. O caso teria ocorrido em julho deste ano.

O procurador do Ministério Público Federal (MPF) interrogou o camaronês pela manhã e a defesa dos réus fazia o interrogatório da vítima. Uma das tentativas para diminuir uma possível pena dos réus, utilizada pelo advogado de defesa dos acusados, foi falar do histórico do camaronês que, segundo a defesa, teria um passado de clandestinidade em outras quatro oportunidades.

No final da tarde e início da noite de segunda-feira, tam-

bém foram ouvidas as testemunhas, três por parte da acusação e três pela defesa. Ainda durante a noite, segundo a assessoria de imprensa da Justiça Federal do Paraná (JFPR), os cinco réus seriam ouvidos. Na manhã de hoje deve ocorrer o debate entre a acusação e a defesa.

O julgamento tem a participação de três intérpretes: um em turco para os quatro tripulantes da Turquia, outro de francês para o camaronês e outro na língua local da Geórgia para o georgiano, cujo intérprete fala de Brasília, via web conferência, para realizar a tradução.

# FOLHA DE LONDRINA

## TRE confirma 'absolvição' de Márcio Amaro

# 13 NOV 2012

O depoimento gravado pelo delegado da 10ª Subdivisão da Polícia Civil de Londrina, Márcio Vinicius Amaro, para o programa eleitoral do então candidato à prefeitura Marcelo Belinati (PP), foi considerado legal pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná. O acórdão, publicado ontem, manteve a sentença proferida em primeiro grau pela juiz da 41ª Zona Eleitoral, Álvaro Rodrigues Junior.

O recurso, apontando que a aparição do delegado na TV, com o brasão da Polícia Civil em segundo plano, representaria suposto abuso de poder político e de autoridade, foi apresentado pelo Ministério Público Eleitoral (MPE). Na petição, o MPE requeria a nulidade da sentença e a condenação de Amaro, Marcelo e do candidato a vice, Junker Grassiotto (PSDB).

Conforme a relatora do TRE, desembargadora Andrea Sabbaga de Melo, o abuso não ocorreu, "porque uma frase que não dura mais que um minuto, veiculada por uma única vez no programa eleitoral gratuito, não tem o condão de alterar a igualdade da disputa ao pleito majoritário".

Durante a campanha eleitoral do primeiro turno, em setembro, a produção do candidato pepista levou ao ar uma declaração de Amaro, na qual ele elogiava as propostas apresentadas. "Então nós apostamos aí, em algumas propostas que nos estão sendo apresentadas aí, pelo Marcelo Belinati", conforme trecho da gravação que está nos autos.

O fato das imagens identificarem o símbolo da Polícia Civil também foi considerado legal pela relatora. "A mera captação de imagens internas, sem a efetiva utilização ou cessão dos bens públicos em favor do candidato não afronta a regra prevista", escreveu a desembargadora.

Para o TRE, a fala de Amaro não transmite a ideia de que toda a corporação esteja apoiando Marcelo. A reportagem não conseguiu contato ontem com o MPE para saber se haverá novo recurso ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

## Tabelionatos

**Curitiba** – Estão abertas até o dia 23 de novembro as inscrições para provimento de 330 vagas em tabelionatos e registros do Paraná. Para participar, o candidato precisa ser Bacharel em Direito ou ter experiência de pelo menos 10 anos em tabelionatos ou registros. Inscrições e informações no <http://www.tjpr.jus.br/concursos> ou <http://www.ibfc.org.br>. A prova objetiva está marcada para 8 de dezembro no caso de remoção e 9 de dezembro para provimento.

13 NOV 2012

FOLHA DE LONDRINA

# Dirceu é condenado a 10 anos de prisão

## Pena definida pela corte do STF corresponde aos crimes de formação de quadrilha e corrupção ativa

**Brasília** - O Supremo Tribunal Federal (STF) condenou o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu a 10 anos e 10 meses de prisão pelos crimes de formação de quadrilha e corrupção ativa. Com isso, Dirceu terá de iniciar o cumprimento de pena em regime fechado, o que ocorre quando a punição é superior a 8 anos.

Dirceu foi condenado a 2 anos e 11 meses por formação de quadrilha e de 7 anos e 11 meses por corrupção ativa por ter atuado na compra de apoio político no Congresso Nacional. Também foi aplicada a sanção de 260 dias-multa, o que supera os R\$ 600 mil.

O relator afirmou que o ex-ministro se valeu do cargo para praticar os crimes e que sua atuação foi contrária a princípios democráticos. "Foi um crime de lesão gravíssima à democracia."

No crime de quadrilha, todos os seis ministros que condenaram apoiaram a pena sugerida por Barbosa. No caso da corrupção ativa, foram oito os ministros que condenaram e apenas dois, Cármen Lúcia e Marco Aurélio Mello, sugeriram punições mais baixas.

### Delúbio Soares

O STF também fixou ontem a pena de 8 anos e 11 meses de prisão do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares pelos crimes de

formação de quadrilha e corrupção ativa. Com essas duas penas, assim como o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, o petista deverá cumprir a pena na cadeia em regime inicialmente fechado. O colegiado ainda aplicou uma punição de pagamento de 250 dias-multa (cada dia multa, no caso dele, é de cinco salários mínimos).

### José Genoio

Também ontem, o STF fixou pena de 6 anos e 11 meses de prisão para o ex-presidente do PT José Genoio pelos crimes de formação de quadrilha e corrupção ativa. Com essa punição, Genoio deverá cumprir a pena inicialmente em regime semiaberto, aquele em que o condenado tem direito a benefícios legais, como trabalhar fora da cadeia, tendo apenas que dormir na prisão.

O ministro Joaquim Barbosa, relator do processo, votou pela condenação de Genoio a 2 anos e 3 meses de prisão para o crime de formação de quadrilha. Barbosa disse que a culpa dele é "elevada" porque foi o interlocutor político do grupo que tinha como objetivo comprar o apoio de parlamentares federais.

No caso da corrupção ativa, Barbosa votou inicialmente pela aplicação de uma pena de 5

anos e 3 meses de prisão pela compra de votos de políticos do PP e do PTB. A ministra Rosa Weber abriu divergência ao propor uma pena de 4 anos e 8 meses de prisão. Após as discussões em plenário sobre os critérios de aumento de pena para o crime, o relator reviu sua manifestação inicial e passou a votar com a mesma punição proposta por Rosa Weber.

Ao acompanhar também o novo voto do relator e de Rosa Weber, o ministro Celso de Mello disse que as consequências do crime de corrupção ativa cometidas por Genoio são "extremamente desfavoráveis", uma vez que houve o pagamento de milhões de reais a políticos em troca do apoio parlamentar permanente. A maioria dos ministros também votou por fixar uma pena de 180 dias-multa (cada dia multa é igual a 10 salários mínimos da época).

O ministro Dias Toffoli apresentou um voto para aplicar uma pena final de 2 anos e 8 meses de prisão a Genoio pelo crime de corrupção ativa. Mas, como a pena base fixada por ele era de 2 anos de prisão, por lei, o crime estaria prescrito. A maioria dos ministros, contudo, rejeitou esse voto.

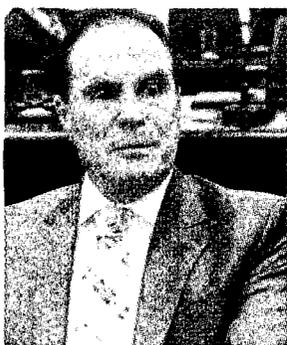
## CLAUDÍO HUMBERTO

*"O que surpreende é o joguinho"*

Ministro Joaquim Barbosa sobre o comportamento de Ricardo Lewandowski, no STF

13 NOV 2012

## JORNAL DO ÔNIBUS



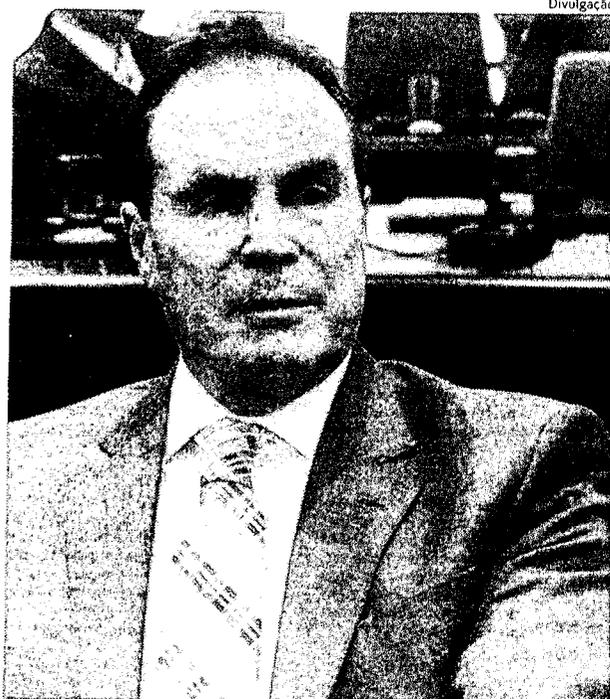
JUSTIÇA

### Clayton Camargo vence eleição no TJ

O desembargador Clayton Camargo foi eleito ontem para ser o novo presidente do Tribunal de Justiça do Paraná. A eleição terminou empatada e Camargo venceu pelo critério de antiguidade.

# Clayton Camargo é o novo presidente do TJ Paraná

### Votação terminou empatada e critério de antiguidade definiu



Clayton Camargo venceu a disputa pelo critério de antiguidade

O desembargador Clayton Coutinho de Camargo foi eleito ontem novo presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). O novo presidente do TJ é pai do deputado estadual Fábio Camargo (PTB). O eleito obteve 56 votos contra 56 votos do desembargador Guilherme Luiz Gomes, que, pelo critério de antiguidade, acabou sendo derrotado. Além de Clayton Camargo e Guilherme Luiz Gomes, a desembargadora Regina Portes também encabeçou a lista preliminar na disputa de 120 votos dos desembargadores.

O TJ-PR também realizou eleições para outros postos. Para a 1ª vice-presidência, foi escolhido o desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, que obteve 81 votos. O posto de 2º vice-presidente, que tinha três nomes da disputa, vai ser ocupado pela desembargadora Dulce Maria Cecconi, que recebeu 70 votos.

A vaga de corregedor-geral vai ser preenchida pelo desembargador Lauro Augusto Fabrício de Melo, que obteve 65 votos e, para o posto de corregedor de justiça foi eleito o desembargador Eugênio Achille Grandinetti, com 67 votos.

13 NOV 2012

METRO

Novo presidente



O desembargador Clayton Coutinho de Camargo foi eleito com 56 votos como o novo presidente do Tribunal de Justiça. Seu concorrente, desembargador Guilherme Luiz Gomes, também obteve 56 votos. Pelo critério de antiguidade o eleito foi o desembargador Clayton Camargo. Houve três votos em branco e um nulo.

## TRIBUNA DO PARANÁ

### Antiguidade

O desembargador Clayton Coutinho de Camargo foi eleito novo presidente do Tribunal de Justiça em lugar de Miguel Kfourí Neto. Ele recebeu 56 votos, mesma quantidade do desembargador Guilherme Luiz Gomes, mas venceu pelo critério de antiguidade.

METRO 13 NOV 2012

# Laudo aponta problemas na parte elétrica do Fórum

- Copel classificou a situação como urgente
- Equipamento de proteção está queimado

Depois dos recentes tremores no prédio do Fórum Cível de Curitiba, que assustaram funcionários, um outro problema foi constatado no local. Um laudo emitido pela Copel no início deste mês mostra que o edifício está com o TP (transformador de potencial) de proteção queimado. A situação é classificada pela companhia como urgente.

“Em uma instalação como essa, a entrada de energia é de 13.200 volts. Um transformador de potência adequada a tensão para utilização de equipamentos em 220/127 volts. Antes disso, é necessário a presença de um transformador de potencial de proteção que adequa os equipamentos em 115 volts, para desligamento automático no caso de defeito, falha ou acidente na instalação”, explica o engenheiro eletricitista e professor da UTFPR (Universidade Federal do Paraná), Antonio Ivan Sobrinho.

Segundo ele, sem o transformador de potencial, o sistema está sem proteção. “Pode pegar fogo, explodir, como também pode não acontecer nada. Mas é um risco”, adverte o professor.

O Tribunal de Justiça reconhece o problema. “Esta-

mos providenciando em caráter de urgência a substituição do transformador de potencial que aciona o dispositivo de segurança”, garante o diretor do Departamento de Engenharia do TJ-PR (Tribunal de Justiça), Cornélius Unruh.

O equipamento custa em torno de R\$ 5 mil e deve ser trocado ainda nesta semana, de acordo com ele. Três orçamentos devem ser apresentados para a cotação da peça.

A respeito da estrutura do Fórum, Unruh afirma que os técnicos do TJ têm trabalhado para garantir a estabilidade do prédio. “Queremos detectar e minimizar os fatores que trazem as vibrações”.

## Copel

Procurada pelo **Metro**, a empresa informou, através da assessoria de imprensa, que essas inspeções são procedimentos de rotina para constatar inadequações, reparos ou modificações. A Copel também disse que não comenta os resultados dos laudos emitidos por se tratar de uma relação direta com o cliente.

13 NOV 2012

METRO

## Tripulantes de navio enfrentam júri popular

Começou ontem pela manhã o julgamento de cinco tripulantes do navio de bandeira maltesa que são acusados de jogarem um camaronês em alto-mar na costa paranaense. Este é o primeiro júri eletrônico realizado no Paraná em que não há processo físico. A sessão é realizada em Paranaguá, no litoral do estado.

São quatro turcos e um georgiano que enfrentam o júri. Um dos acusados responde por tentativa de homicídio quadruplicamente qualificado, racismo e tortura. Os outros três apenas pela tentativa de homicídio. O julgamento deve terminar somente hoje.

Já foram ouvidas três testemunhas, de um total de seis. De acordo com a assessoria da Justiça Federal,

o depoimento do camaronês foi o mais longo e durou cerca de seis horas. Ele foi interrogado pelo Ministério Público Federal e pela defesa dos réus.

O júri federal conta com auxílio de tradutores, porque tanto a tripulação quanto o camaronês não falam o português.

### Caso

O camaronês entrou clan-

destinamente na embarcação no Porto de Douala, em Camarões, e ficou escondido por oito dias. Quando ficou sem água e comida, se apresentou para os tripulantes e foi jogado ao mar da costa paranaense, onde permaneceu à deriva por cerca de onze horas em uma estrutura de madeira, até ser resgatado por um navio que vinha do Chile.

### JUSTIÇA

## Empresa é proibida de terceirizar abate

A empresa Sadia em Francisco Beltrão, no sudoeste do estado, foi condenada em uma ação do Ministério Público do Trabalho a pagar R\$ 100 mil por danos morais coletivos por terceirizar o abate de frangos pelo método Halal.

O sistema é utilizado na degola de aves de exportação a países árabes, que deve seguir um ritual e ser realizado por muçulmanos. Para isso, a Sadia terceirizou a empresa do Grupo Abate Halal, em vez de contratar empregados próprios, como determina a lei.

Para o procurador Gláucio de Oliveira, nada impede a contratação pela Sadia de trabalhadores muçulmanos convertidos para a execução do abate pelo método Halal, sendo que apenas a certificação e supervisão ficariam a cargo da Junta de Assistência Social Islâmica Brasileira. "O que não se pode admitir são empregados terceirizados atuando na linha de produção da empresa", afirma.

Caso a Sadia não cumpra a determinação, será condenada ao pagamento de multa diária no valor de R\$ 1 mil por trabalhador encontrado em situação irregular.

A assessoria da empresa informou que não concorda com a decisão e que ganhou o caso em primeira instância e agora pretende reverter a situação em Brasília.

13 NOV 2012

# JORNAL DO ESTADO

## CLAYTON COUTINHO DE CAMARGO É ELEITO PRESIDENTE DO TJ

O desembargador Clayton Coutinho de Camargo foi eleito ontem para a presidência do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ/PR). Ele obteve 56 votos no segundo turno da eleição, o mesmo número do desembargador Guilherme Luiz Gomes. A regra que determina o desempate destina preferência ao mais antigo no Tribunal — o que deu a vitória a Camargo.



Clayton Camargo recebe o abraço da vitória na eleição do Tribunal de Justiça: posse em fevereiro

13 NOV 2012

# JORNAL DO ESTADO

JUSTIÇA

## Clayton Camargo é eleito presidente do TJ



O desembargador Clayton Camargo: mandato de dois anos

O desembargador Clayton Coutinho de Camargo foi eleito ontem para a presidência do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ/PR). Ele obteve 56 votos no segundo turno da eleição, o mesmo número do desembargador Guilherme Luiz Gomes. A regra determina o desempate destina preferência ao mais antigo no Tribunal, o que deu a vitória a Camargo. Votaram 116 desembargadores, sendo que três anularam o voto e um votou em branco. O desembargador toma posse em fevereiro do ano que vem para um mandato de dois anos no cargo.

No chamado primeiro turno, Guilherme Gomes teve 40 votos, seguido de Clayton Camargo com 36, Sergio Arenhart recebeu 21; e Regina Portes com 18 votos.

O presidente eleito do TJ nasceu em Curitiba no dia 5 de março de 1946. Formado pela Faculdade de Direito de Curitiba, no ano de 1973. Em 1974, após concurso, ingressou no Ministério Público como promotor substituto e foi nomeado para exercer o cargo na co-

marca de Foz do Iguaçu. Exerceu, ainda, as funções nas comarcas de Campo Largo, Palmeira e Paranaguá. Foi efetivado na carreira em 1976, tendo atuado em Mandaguari, Bocaiúva do Sul, Colombo, Assis Chateaubriand, Ponta Grossa e Curitiba. No ano de 1988, Clayton Camargo foi nomeado coordenador-geral da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, cargo que exerceu durante oito anos. Em 1990, foi promovido ao cargo de procurador de Justiça.

Ingressou no Conselho Superior do Ministério Público durante o biênio 1991/1992. Em abril de 1995, o magistrado chegou ao Tribunal de Alçada, na vaga do Quinto Constitucional destinada ao Ministério Público. Em fevereiro de 2002, foi eleito presidente do Tribunal de Alçada do Paraná. Tomou posse, no dia 16 de outubro de 2003, como desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná.

Demais cargos – Na disputa pela 1ª vice-presidência, o desembargador Paulo Roberto Vasconcelos levou a melhor diante de Irajá Prestes Mattar e foi eleito com 81 votos. Na 2ª vice-presidência assumirá Dulce Cecconi, que conquistou 70 votos na disputa com o desembargador Jorge Vargas. A corregedoria-geral de Justiça será coordenada por Lauro Augusto Fabrício de Melo e na corregedoria ficará Eugênio Grandinetti.

13 NOV 2012

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## Informe Judiciário

### INSTALAÇÃO

O presidente do TJPR, desembargador Miguel Kfouri Neto, instalou na quinta-feira (8/11) a 2ª Vara Cível do Foro Regional de Campo Largo, criada pela Lei 17.222, de 9 julho de 2012. A comarca atende a uma população de aproximadamente 118 mil habitantes. Tramitam atualmente nas Varas daquele Foro em torno de 26 mil processos, segundo informações retiradas do Boletim de Movimentação Forense da Corregedoria-Geral da Justiça.

### PROJETOS

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa aprovou na sessão da terça-feira (6/11) projetos de autoria do Tribunal de Justiça do Paraná. O primeiro deles, o projeto de lei nº 534/12, cria duas Varas da Fazenda Pública e uma Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas na comarca de Maringá, uma Vara da Fazenda Pública na comarca de Colombo, a 2ª Vara da Infância e Juventude e uma Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas na comarca de Londrina e ainda, duas Varas da Fazenda Pública na comarca de Ponta Grossa e uma Vara da Fazenda Pública na comarca de Cascavel.

### PROJETOS 2

A Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa aprovou na quarta-feira (7/11), o Projeto de Lei nº 509/12, de autoria do Tribunal de Justiça do Paraná, que transforma oito cargos de juiz de Direito substituto da comarca da Região Metropolitana de Curitiba em oito cargos de juiz de Direito da Turma Recursal dos Juizados Especiais, e cria oito cargos de juiz de Direito substituto para a mesma comarca.

### ENCONTRO

O presidente do Judiciário paranaense, desembargador Miguel Kfouri Neto, e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Noeval de Quadros, participaram do VI Encontro Nacional do Judiciário, no Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE). O evento, que aconteceu nos dias 5 e 6 de novembro, é realizado desde 2008 sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça. Os encontros nacionais do Judiciário têm o objetivo de avaliar a Estratégia Nacional estabelecida para a Justiça e divulgar o desempenho dos tribunais no cumprimento das ações, dos projetos e das metas estabelecidas.

### SIMPÓSIO

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Miguel Kfouri Neto, palestrou na abertura do III Simpósio Paranaense de Direito Aplicado em Saúde, que ocorreu na sexta-feira (9) no auditório do Conselho Regional de Medicina, em Curitiba. Regramento do cheque caução e responsabilidade civil médico-hospitalar foram os temas em destaque no evento. Parcerias público-privadas na saúde, aspectos éticos e legais do prontuário eletrônico, perspectivas de regulamentação na terceirização de serviços e direito penal médico-hospitalar também foram debatidos no evento, que integra o Encontro de Saúde 2012.

### JUSTIÇA NO BAIRRO

No sábado (10), a equipe do programa de responsabilidade social do Tribunal Justiça no Bairro estará atendendo a população da capital no SECS Portão, localizado na rua João Bettega, 770. Estão programadas para acontecer durante o evento, audiências de conciliação de processos em trâmite das Varas de Família e Cível, bem como, serão realizados atendimentos referentes às demandas reprimidas dos jurisdicionados. No decorrer do evento, que acontece das 9h da manhã e segue até às 17h, será possível buscar auxílio tanto na área de Família quanto Cível nas seguintes situações: pedido de Alimentos, Guarda e Responsabilidade, Reconhecimento de Paternidade e de Maternidade, Reconhecimento de União Estável ou Dissolução, DNA, Retificação de Registro Civil e Interdição Judicial.

### INFÂNCIA E JUVENTUDE

A Escola de Servidores da Justiça Estadual do Paraná (ESEJE) sediou, nos dias 6, 7 e 8 de novembro, o I Encontro das Equipes Interprofissionais do Polo de Curitiba para assistentes sociais, pedagogos e psicólogos, que atuam na área da Infância e Juventude. O evento, anunciado no mês passado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, desembargador Miguel Kfouri Neto, reuniu aproximadamente 80 servidores da área. No encontro foram desenvolvidas atividades de aperfeiçoamento e debates sobre os temas de Convivência Familiar e Comunitária, Risco e Violência e Socioeducação. O encontro integra o Programa de Formação Continuada aos Magistrados e Servidores da Infância e da juventude, proposto pelo Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e Juventude (CONSIJ PR). Trata-se do 1º Polo de realização do evento, que também será realizado até o final deste ano em Londrina, Maringá, Cascavel, Jacarezinho, Umuarama e Guarapuava.

### CONCILIAÇÃO

A abertura da VII Semana Nacional da Conciliação, no Tribunal de Justiça do Paraná, ocorreu na segunda-feira (5/11), no 10º andar do Palácio da Justiça. Em suas comarcas, os juízes do estado organizaram audiências de conciliação, que serão realizadas no período de 7 a 14 de novembro. No Tribunal de Justiça do Paraná, está sendo realizado Mutirão Temático de Conciliação de Companhias Aéreas, com processos do Fórum Cível e dos Juizados Especiais.

### PLANTÃO JUDICIÁRIO

Os juízes de Direito, César Maranhão de Loyola Furtado (1º grau) e Marcos Sergio Galliano Daros (2º grau) respondem pelo Plantão Judiciário referente ao período de 12 a 19 de novembro. O serviço de plantão funciona entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e, também, durante as 24 horas do dia em que não houver expediente forense. O Plantão Judiciário de 1º e 2º graus de jurisdição atende no andar térreo do edifício do Palácio da Justiça, situado na Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº, Centro Cívico, Curitiba. O telefone é (41) 3323-6767.

13 NOV 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Ação Penal é anulada por falta de ampla defesa e contraditório

O Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu anular uma Ação Penal desde o despacho que abriu vista ao Ministério Público por considerar que não foi seguido o devido processo legal. Não houve direito à ampla defesa e ao contraditório.

No caso, um dos acusados de estar envolvido em esquema de desvio de verba do gabinete de vereadores de Guarulhos (SP), por meio de notas frias, alegou que não teve direito de resposta após o Ministério Público dar seu parecer. E mais: que o MP não poderia ser consultado naquele momento.

O caso foi julgado na 4ª Vara Criminal de Guarulhos. A defesa do acusado, feita pelos advogados Luiz Eduardo de Almeida Santos Kuntz, Iberê Baracioli Catanozi e Felipe

Marques de Mendonça, da Kuntz Advocacia e Consultoria Jurídica, pediu a nulidade do processo. Os advogados alegaram inépcia formal e material da denúncia.

O juiz, que analisava o caso, solicitou então que o Ministério Público se manifestasse a respeito das alegações da defesa, contrariando o Código de Processo Penal. O MP rebateu todas as preliminares da defesa e, com base neste parecer, foi determinado o prosseguimento da ação, sem uma nova oportunidade para defesa.

Os advogados entraram então com Habeas Corpus para pedir a anulação do caso desde o despacho do MP. Segundo a defesa do acusado, foi desrespeitado o devido processo legal uma vez que o Código de Processo Penal não faz qualquer

previsão de, nos ritos sumário e ordinário, o Ministério Público se manifestar sobre a resposta à acusação apresentada pelo acusado antes de ela ser apreciada.

Os advogados citaram decisões do TJ-SP e do Superior Tribunal de Justiça. Ao analisar outros Habeas Corpus no mesmo sentido, o desembargador convocado Celso Limongi, em decisão monocrática afirmou que “a manifestação do Ministério Público sobre a defesa preliminar — não prevista na legislação —, é causa de nulidade processual (...). E isto, porque houve inversão processual, com afronta ao devido processo legal. E não importa se os fundamentos apontados influíram, ou não, na decisão do MM. Juiz de ratificar o recebimento da denúncia.

13 NOV 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Brasil vai sediar conferência global sobre trabalho infantil

Autoridades brasileiras assumiram a responsabilidade de liderar o balanço sobre os progressos e os desafios que deverão ser identificados na atuação do Brasil e de outros países para o combate do trabalho de crianças e adolescentes, no âmbito na 3ª Conferência Global sobre Trabalho Infantil, que será realizada em Brasília, em outubro de 2013. A comissão organizadora da conferência foi instalada hoje (12), em cerimônia no Itamaraty, por meio da assinatura de portaria interministerial. À tarde, representantes do governo, de órgãos atuantes nessa área e da sociedade civil irão debater o formato, as atividades e o conteúdo das discussões na conferência.

“Temos de garantir que o debate avance dentro do Brasil. Esse é um grande desafio, fazer com que a conferência seja encarada como uma oportunidade para o país. A partir de hoje, passamos a intensificar o debate. Temos de combater o trabalho difícil de ser localizado, o que exigirá mais da fiscalização, com campanhas e um conjunto de novas políticas para tirarmos da invisibilidade essas crianças e adolescentes. Esses são pontos que nos desafiam a avançar e a construir novas agendas”, informou a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, presidenta da 3ª Conferência Global.

Segundo a ministra, o Brasil deverá inovar para lidar com as novas características do trabalho entre crianças e adolescentes, identificadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2011. Entre essas características, o fato de a maioria dos jovens que trabalham também estar na escola e fazer parte de famílias com renda superior a meio salário mínimo per capita (cerca de R\$ 311) - diferentemente da situação na década de 1990.

Atualmente, há cerca de 250 milhões de crianças entre 5 e 17 anos trabalhando no mundo, de acordo com o último Relatório Global sobre Trabalho Infantil da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 2011. Desse total, cerca de 115 milhões atuam em atividades perigosas, entre as quais estão as piores formas de trabalho infantil. No Brasil, há aproximadamente 3,4 milhões de jovens entre 10 e 17 anos no mercado de trabalho, segundo o Censo de 2010.

13 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

# Clayton Camargo é eleito para a presidência do Tribunal de Justiça

**Clayton Camargo  
presidirá Tribunal  
de Justiça do PR  
por dois anos**

O desembargador Clayton Coutinho de Camargo foi eleito presidente do Tribunal de Justiça do Paraná para suceder Miguel Kfouri Neto. A eleição terminou empatada e foi decidida pelo critério da antiguidade.

Ele recebeu 56 votos e assume o cargo em fevereiro, no lugar do atual presidente, Miguel Kfouri Neto. Eleição foi definida pelo critério de antiguidade

*Gisele Barão, especial  
para a Gazeta do Povo*

O desembargador Clayton Coutinho de Camargo foi eleito ontem o novo presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ). Ele assume o novo cargo no ano que vem e ficará até o fim de 2014. Camargo irá substituir Miguel Kfouri Neto, que ficou à frente do TJ por dois anos.

A votação que resultou na eleição de Camargo terminou empatada, com 56 votos para ele e 56 para o desembargador Guilherme Luiz Gomes. A situação foi resolvida pela aplicação do critério de antiguidade, como previsto no Regimento Interno do Tribunal nesses casos. Também concorriam ao cargo Regina Helena de Oliveira Portes e Sérgio Arenhart.

Além da escolha do novo presidente do TJ, a eleição definiu toda a nova cúpula do tribunal para a gestão 2013-2014. Para exercer o cargo de 1.º vice-presidente, foi eleito o desembargador Paulo Roberto Vasconcelos. A 2.ª vice-presidência deve ser ocupada pela desembargadora Dulce Maria Ceccoci. O novo corregedor-geral será o desembargador Lauro Fabrício de Melo e o corregedor de Justiça, Eugênio Grandinetti.

A previsão é que os eleitos assumam o cargo em fevereiro do ano que vem. Quatro dos 120 desembargadores não estavam presentes na votação. Entre os 116 votos, três foram em branco e um nulo.

## Perfil

Camargo tem 66 anos e nasceu em Curitiba. Formado em 1973 pela Faculdade de Direito de Curitiba, no ano seguinte ingressou no Ministério Público como promotor substituto, atuando em nove cidades do Paraná. Em 1988, foi nomeado coordenador-geral da promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, cargo exercido por oito anos.

Durante os anos 1990, participou do Conselho Superior do Ministério Público (1991-1992), atuou como juiz do Tribunal da Alçada, que chegou a presidir. Em setembro de 2003, foi promovido ao cargo de desembargador. Camargo é pai do deputado estadual Fabio Camargo (PTB) e da juíza Vanessa de Souza Camargo.

Durante toda a tarde de ontem, ele foi procurado pela reportagem da Gazeta do Povo para comentar o resultado, mas não atendeu às ligações.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO



# 13 NOV 2012

Clayton Camargo: desembargador desde 2003, assume o comando do TJ dez anos depois.

# 56X56

foi o placar da votação para a escolha do novo presidente do TJ-PR. O empate entre o desembargadores Clayton Camargo e Guilherme Luiz Gomes foi resolvido pelo critério de antiguidade, o que garantiu a vitória ao primeiro.

## COMPOSIÇÃO

Confira como será composta a cúpula do Tribunal de Justiça do Paraná a partir do ano que vem:

### **Presidente**

Clayton Couzinho de Camargo  
(56 votos)

### **1.º Vice-presidente**

Paulo Roberto Vasconcelos  
(81 votos)

### **2.º Vice-presidente**

Dulce Maria Sant'Eufemia  
Cecconi (70 votos)

### **Corregedor-geral**

Lauro Augusto Fabrício de  
Melo (65 votos)

### **Corregedor de Justiça**

Eugênio Achille Grandinetti  
(67 votos)

» ADIN

# GAZETA DO POVO

## PR questiona normas que pedem mais transparência

Taiana Bubniak

■ O governo do Paraná ajuizou no Supremo Tribunal Federal uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra normas editadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TC) que tratam da formalização e prestação de contas das transferências de recursos financeiros a outros órgãos públicos e entidades privadas, como ONGs. O governo também questiona a regulamentação do Sistema Integrado de Transferências (SIT) — instrumento eletrônico em que todos os órgãos que precisam prestar contas ao TC cadastrariam informações referentes aos repasses de dinheiro e gastos. Na ação, o governo pede ao Supremo que conceda medida cautelar a fim de suspender os efeitos das regras. O relator do processo é o ministro Marco Aurélio de Melo.

A Resolução 28/2011 e a Instrução Normativa 61/2011 são os alvos da Adin 4872. Na ação o governo do estado indica que a resolução do TC é inconstitucional porque as normas possuem “evidente caráter normativo, com conteúdo de lei ordinária”. Argumenta que esse tipo de pedido de prestação de contas deve ser instituído por lei específica e não pelo tribunal.

As normas do TC sugerem que cada órgão da administração estadual designe um servidor que ficará responsável pelo cadastro de dados no SIT. Na ação, o governo reclama que essa determinação causaria uma movimentação na



Guimarães: retorno a Curitiba adiantado.

máquina administrativa, que não tem pessoal suficiente.

Outra reclamação com relação às regras é que as entidades que receberem dinheiro público tenham de estar em dia com as obrigações trabalhistas. “Raras entidades sem fins lucrativos não possuem demandas trabalhistas”, ressalta a ação ajuizada pelo governador.

A Procuradoria-Geral do Estado informou ontem, por meio da assessoria de imprensa, que acha precipitado falar sobre a ação. Segundo a assessoria, quaisquer declarações sobre a Adin só vão ser feitas depois que a ação transitar ou houver algum encaminhamento sobre ela no STF.

Até ontem, segundo a assessoria de imprensa do TC, o tribunal ainda não havia sido notificado oficialmente da ação. Mas o TC já argumenta que as resoluções estão de acordo com as leis vigentes. Segundo a assessoria, o presidente da corte, Fernando Guimarães, está fora de Curitiba em um evento oficial. Mas deve adiantar o retorno para tratar da ação.

13 NOV 2012

» HOTEL DE LUXO

## Governador sai em defesa da nova sede da PGE

■ O governador Beto Richa defendeu ontem a desapropriação de um hotel de luxo situado no Centro de Curitiba para servir de sede para a Procuradoria Geral do Estado (PGE). O governador, que já assinou o decreto de desapropriação do imóvel, destacou ontem como ponto positivo o valor do metro quadrado “abaixo do valor de mercado imobiliário”.

Pelo decreto, o imóvel de 13 andares foi declarado de utilidade pública e desapropriado por R\$ 22 milhões. “Um investimento muito bem aplicado”, disse Richa ontem, durante coletiva. Segundo ele, a decisão da compra do imóvel foi tomada pelos próprios procuradores, “que hoje estão muito mal instalados, em uma situação precária num imóvel locado. Eu entendi os argumentos apresentados por eles. O hotel foi comprado”.

13 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

## NOTA POLÍTICA

### Presença confirmada

O Planalto confirmou ontem a presença da presidente Dilma Rousseff (foto) na posse do ministro Joaquim Barbosa na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF). No mesmo dia em que votou pela pena de mais de dez anos de prisão para o ex-ministro da Casa Civil do governo Lula José Dirceu, o relator do caso do mensalão esteve no Palácio do Planalto, para uma reunião protocolar com a presidente. Durante o encontro, Barbosa entregou a Dilma convite formal para sua posse, na presidência do STF, marcada para o dia 22 de novembro. O encontro não estava inicialmente previsto na agenda de Dilma, mas foi classificado por auxiliares da presidente como "amistoso".



#### **Atas...**

A reunião de Dilma com Barbosa foi às 10 horas da manhã, no Planalto, quatro horas antes do início da etapa de condenação do núcleo político do mensalão, no STF. Em abril deste ano, Dilma esteve no Supremo participando da posse do ex-ministro Ayres Britto, que se aposenta e deixa o cargo, na semana que vem.

13 NOV 2012

GAZETA DO POVO

# Dirceu e Delúbio terão de cumprir pena na cadeia

Com penas de 10 e 8 anos de prisão, respectivamente, o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu e o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares terão de cumprir a pena, pelo menos inicialmente, em regime fechado. Já o ex-presidente do PT José Genoino pegou pena de 6 anos e 11 meses e poderá cumpri-la em regime semi-aberto. Os três também deverão pagar multas que somam R\$ 1,5 milhão.



13 NOV 2012

GAZETA DO POVO

# José Dirceu e Delúbio pegam prisão no regime fechado; Genoíno no semiaberto

Ex-ministro foi sentenciado a quase 11 anos de cadeia e, segundo a lei, terá de passar pelo menos 1 ano e 8 meses na penitenciária. Ex-tesoureiro pegou 8 anos e 11 meses e ex-presidente do PT, 6 anos e 11 meses

O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu ontem as penas do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, do ex-presidente do PT José Genoíno e do ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares — o núcleo petista do mensalão. Dirceu e Delúbio terão de cumprir a pena inicialmente em regime fechado. Já Genoíno terá o benefício do regime semiaberto e poderá sair da cadeia para trabalhar. Os três também terão de pagar multas que, juntas, somam R\$ 1,5 milhão.

A punição mais dura foi para Dirceu, considerado o mentor do mensalão. Ele foi sentenciado a cumprir 10 anos e 10 meses de prisão pelos crimes de formação de quadrilha e corrupção ativa (2 anos e 11 meses pelo primeiro crime e 7 anos e 11 meses pelo segundo).

Como a sentença ultrapassou os 8 anos de cadeia, pelo Código Penal ele terá de cumprir pelo menos um sexto da punição (1 ano e 8 meses) em regime fechado. Só após esse período, poderá pedir a progressão do regime por bom comportamento. O ex-ministro também terá de pagar uma multa R\$ 670 mil.

Já Genoíno pegou pena de 6 anos e 11 meses de cadeia (2 anos e 3 meses pelo crimes de formação de quadrilha e 4 anos e 8 meses por corrupção ativa). Com essa punição, Genoíno escapou do regime fechado. Ele terá de cumprir a pena inicialmente em regime semiaberto — aquele em que o condenado passa o dia fora da cadeia para trabalhar, tendo apenas que dormir na prisão. Genoíno poderá pedir progressão para o regime aberto, no qual a prisão é cumprida em albergues, após um ano e um mês de ter cumprido a pena no regime semiaberto. Genoíno ainda foi condenado pelo STF a pagar multa de R\$ 468 mil.

Delúbio Soares, assim como José Dirceu, terá de cumprir ao menos 1 ano e 5 meses de sua pena no regime de prisão fechada. Ele foi sentenciado pelo STF a 8 anos e 11 meses de cadeia (2 anos e 3 meses de prisão por formação de quadrilha

e 6 anos e 8 meses por corrupção ativa). O ex-tesoureiro do PT também terá de pagar R\$ 325 mil de multa.

## Lesão gravíssima

Durante a sessão que definiu as penas do núcleo petista do mensalão, o ministro-relator do processo, Joaquim Barbosa, destacou que os crimes de Dirceu foram sérios — o que exigia uma punição rigorosa. “Foi um crime de lesão gravíssima à democracia, que se caracteriza pelo diálogo e opiniões divergentes dos representantes eleitos pelo povo. Foi esse diálogo que o réu quis suprimir pelo pagamento de vultosas quantias em espécie a líderes e presidentes de partidos”, disse Barbosa. Para o relator, o ex-ministro ameaçou a independência dos poderes ao comprar o apoio de parlamentares. “Restaram diminuídos e enxovalhados pilares importantíssimos de nossa sociedade.”

## Democracia

O ministro Celso de Mello, na mesma linha de Joaquim Barbosa, também disse que a atuação de José Genoíno colocou em risco e provocou lesão à democracia. “A corrupção de parlamentares é grave e não se pode obscurecer”, concordou o presidente do STF, Ayres Britto. “O parlamentar corrompido trai a própria representação popular, além de corromper a sua função.”

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## PETISTAS

Confira a trajetória dos petistas condenados:

### **JOSÉ DIRCEU** **Ditadura**

Líder estudantil, ficou preso durante quase um ano nas mãos dos militares. Em 1969, foi deportado para o México junto com outros 14 presos políticos. Depois, passou cerca de dois anos exilado em Cuba. Voltou ao Brasil clandestinamente em 1975. No período em que esteve clandestino no país, se estabeleceu em Cruzeiro do Oeste, no Paraná.

### **Redemocratização**

Após a redemocratização, voltou a atuar politicamente e ajudou a fundar o PT.

### **Mensalão**

Dirceu assumiu a Casa Civil em 2003, após a posse de Lula na Presidência. Em 2005, foi acusado de comandar um esquema de compra de apoio de parlamentares. O escândalo fez Dirceu pedir demissão da Casa Civil em junho do mesmo ano. Depois, de volta à Câmara, teve o mandato de deputado federal cassado. Por causa do mensalão, Dirceu foi condenado por formação de quadrilha e corrupção ativa.

### **JOSÉ GENOINO** **Araguaia**

Líder estudantil pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e filiado ao PCdoB, Dirceu participou da Guerrilha do Araguaia no início dos anos 70. Em 1972, foi capturado e torturado pelos militares, sendo libertado apenas em 1977.

### **PT**

Após a redemocratização, Genoino ajudou a fundar o PT. Elegeu-se deputado federal pelo partido por cinco vezes.

### **Mensalão**

Na época do mensalão, era o presidente do PT. Ele foi acusado de ter participado das negociações de compra de apoio político. Foi condenado por formação de quadrilha e corrupção ativa.

### **DELÚBIO SOARES** **Líder sindical**

Diferente de Dirceu e Genoino, a origem política de Delúbio vem dos movimentos sindicais e não estudantil. Ele foi um dos fundadores da CUT e do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás.

### **Homem do dinheiro**

Delúbio foi coordenador de duas campanhas presidenciais de Lula, em 1989 e 1998. Em 2000, assumiu o cargo de tesoureiro do PT e foi o responsável pelas finanças do partido na campanha vitoriosa de 2002.

### **Mensalão**

Delúbio foi acusado de negociar com o publicitário Marcos Valério o esquema para pagar o apoio de parlamentares ao governo Lula e organizar a distribuição dos recursos. Também foi condenado pelo STF por formação de quadrilha e corrupção ativa.

CONTINUA

13 NOV 2012

## **Ex-ministro diz que não vai se calar e provará sua inocência**

O ex-ministro José Dirceu afirmou, em nota, que não vai se calar ou se conformar com a "injusta sentença" que recebeu. "Vou lutar mesmo cumprindo pena", disse, alegando que o julgamento foi feito por pressão da mídia e que a sentença viola a Constituição e a democracia. Ele negou os crimes pelos quais foi condenado. "Entre e saí do governo sem patrimônio. Nunca pratiquei nenhum ato ilícito ou ilegal como dirigente do PT, parlamentar ou ministro." O advogado de Dirceu, José Luis de Oliveira Lima, disse que vai esgotar todos os recursos no STF para inocentar o cliente. Em último caso, segundo Lima, a defesa pode recorrer até mesmo à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. Já o advogado de José Genoino, Luiz Fernando Pacheco, afirmou em nota que a pena é "apenas a decorrência maior da injustiça já antes perpetrada". Segundo ele, a condenação contraria as provas contidas nos autos.

13 NOV 2012

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### BATE-BOCA

#### **Indignado com Barbosa, revisor abandona o plenário do Supremo**

O ministro-relator do mensalão, Joaquim Barbosa, surpreendeu ontem os colegas ao retomar o julgamento propondo o cálculo das penas dos condenados do núcleo petista. Originalmente, a expectativa era de que o dia fosse dedicado às punições dos núcleos publicitário e financeiro. A mudança de rumo provocou um novo bate-boca entre Barbosa e o ministro-revisor, Ricardo Lewandowski, que abandonou o plenário, revoltado.

"Toda hora Vossa Excelência vem com uma surpresa!", disse Lewandowski. "Vossa Excelência está surpreendendo a todos. O advogado do réu [José Dirceu] não está aqui! Vim de São Paulo, saindo de uma banca de mestrado. Se eu soubesse..." Barbosa retrucou: "Não interessa de onde Vossa Excelência veio. Surpresa é sua lentidão ao proferir seu voto". O revisor então deixou o plenário. "Tá vendo? Ele está a fim de obstruir mesmo [o julgamento]!", disse Barbosa. Como Lewandowski absolveu Dirceu, ele não poderia opinar sobre a pena dele. O revisor, porém, voltou ao plenário posteriormente.

**"Não interessa de onde Vossa Excelência veio. Surpresa é sua lentidão ao proferir seu voto. (...) Tá vendo? Ele está a fim de obstruir mesmo [o julgamento]!"**

Joaquim Barbosa,  
ministro-relator do mensalão,  
rebatendo Lewandowski.

**"Toda hora Vossa Excelência vem com uma surpresa! Vossa Excelência está surpreendendo a todos. O advogado do réu [José Dirceu] não está aqui! Vim de São Paulo, saindo de uma banca de mestrado. Se eu soubesse..."**

Ricardo Lewandowski,  
se dirigindo a Joaquim Barbosa.

13 NOV 2012

GAZETA DO POVO

# Ex-presidente do Rural é condenada a 16 anos de prisão

Kátia Rabello é a primeira integrante do núcleo financeiro do mensalão a ter punição definida pelo Supremo

**BRASÍLIA**  
Das agências

Além de definir as penas dos integrantes do núcleo político do mensalão, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) começaram a determinar ontem as penas dos integrantes do núcleo financeiro do esquema e terminaram de estabelecer a punição de Simone Vasconcelos, ex-diretora das agências do publicitário Marcos Valério.

Primeira integrante do grupo financeiro a ter a pena estabelecida, a ex-presidente do Banco Rural e acionista da instituição Kátia Rabello foi condenada a 16 anos e 8 meses de prisão. Ela cumprirá pena pelos crimes de formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta e evasão de divisas. Outros dois ex-dirigentes do banco foram condenados, mas as punições só serão conhecidas na próxima sessão do tribunal, marcada para amanhã.

Valter Campanato/ABr



Kátia Rabello: multa de quase R\$ 1,5 milhão.

A maior pena imposta a Kátia foi pelo crime de lavagem de dinheiro: 5 anos e 10 meses de prisão. Ela recebeu ainda penas de 4 anos e 7 meses por evasão de divisas, 4 anos por gestão fraudulenta e 2 anos e 3 meses por formação de quadrilha. As multas aplicadas chegam a R\$ 1,5 milhão.

Dois ministros — o revisor Ricardo Lewandowski e

Marco Aurélio Mello — ficaram de analisar posteriormente se alguns desses crimes teriam acontecido em modo de continuidade delitiva. Se o tribunal reconhecer esse tipo penal, as punições não seriam somadas, adotando-se apenas a sanção mais alta, aplicando-se um agravante pela reiteração da conduta.

## Publicitário

A corte também definiu ontem novas punições aos integrantes do núcleo publicitário, ligado a Marcos Valério, apontado como o operador do mensalão. Ontem, Simone Vasconcelos recebeu mais cinco anos de prisão por lavagem de dinheiro e mais de três anos de prisão por evasão de divisas.

Na sessão anterior, ela tinha sido condenada por formação de quadrilha e corrupção ativa pela compra de parlamentares. Ao todo, ela pegou 12 anos, sete meses e 20 dias, além de R\$ 374,4 mil de multa. Assim como Valério e seus ex-sócios Cristiano Paz e Ramon Hollerbach, Simone terá de cumprir a pena inicialmente no regime fechado de prisão.

Para concluir a punição ao grupo de Valério, falta o Supremo definir a pena de lavagem de dinheiro para o advogado Rogério Tolentino, que já soma cinco anos e três meses de prisão.

# GAZETA DO POVO

## » CAMARONÊS

### Acusados de lançar homem ao mar são julgados

■ Foi iniciado ontem em Paranaguá o julgamento de cinco marinheiros acusados de tentar matar o clandestino camaronês Wilfred Happy Ondobo, supostamente lançado em mar aberto em junho após viajar clandestinamente no navio Seref Kuru, de bandeira maltesa. O tribunal de júri federal, que ocorre pela primeira vez na cidade e pela quinta vez no Paraná, deve se prolongar até amanhã, conforme a estimativa da Justiça Federal. Na primeira fase do julgamento, foram ouvidos os depoimentos do clandestino e de testemunhas.

Os marinheiros malteses Ihsan Sonmezocak, Mamuka Kirkitadze, Zafer Yildirim e Ramzan Ozdamar foram acusados de tentativa de homicídio. O imediato georgiano Satilmis também responde pelas acusações de prática de racismo e tortura.

#### Vítima

Soldador desempregado no Camarões, Ondobo, 28 anos, admitiu aos jurados ter entrado clandestinamente no navio no porto de Douala (Camarões). Ele disse que não sabia o destino da embarcação, que veio a Paranaguá para carregamento de açúcar no porto paranaense. "No meu país tudo é péssimo, o governo é péssimo", afirmou. O clandestino disse ter descido do navio em escada formada por cordas. Ele teria se arrependido depois, mas os marinheiros não quiseram recolhê-lo ao interior da embarcação.

## » DELEGACIAS

### Empresa diz que comida de presos é boa

■ A Eldorado Refeições, que representa as empresas Bom Degusty e Verde Mar, alega que não são verdadeiras as informações divulgadas na quarta-feira passada pelo deputado estadual Tadeu Veneri (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Paraná. Na tribuna, o parlamentar afirmou que parte da comida distribuída em delegacias e penitenciárias do Paraná é entregue azeda, abaixo da quantidade contratada e com bichos, como rã e lesma.

A Eldorado, responsável pelas marmitas direcionadas às delegacias, alega ainda que o preço cobrado é menor do que foi anunciado pelo deputado — fica entre R\$ 2,53 e R\$ 2,80 por refeição e não entre R\$ 3,59 e R\$ 4,59 —, que a quantidade entregue atende ao contrato e que testes periódicos realizados nos alimentos não demonstraram qualquer irregularidade que tornasse a comida imprópria para o consumo. O Ministério Público e o governo do estado estão investigando a denúncia, embasada em relatórios e fotografias.

13 NOV 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

# Justiça estadual e ações federais

**A**legando que os R\$ 7,5 bilhões previstos no orçamento estadual de 2013 não são suficientes para cobrir suas despesas de custeio, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) voltou a pensar em cobrar da União as verbas correspondentes ao 1,5 milhão de ações próprias da Justiça Federal que, no entanto, tramitam nas varas do Judiciário paulista. No início de 2012, o TJSP já havia planejado tomar as medidas legais cabíveis para obrigar a União a incluir, em seu orçamento, os valores relativos às despesas com essas ações. A Corte estadual cogitou até a possibilidade de bater à porta do Supremo Tribunal Federal, para assegurar a remessa desses recursos para o TJSP.

A maioria desse 1,5 milhão de processos se refere a causas previdenciárias e tributárias. Elas correm em pequenas comarcas do Estado de São Paulo, onde somente a Justiça paulista está presente. Previsto pela Constituição e regulamentado por leis ordinárias, o envio de ações judiciais federais para tribunais estaduais é uma espécie de delegação de competências, uma vez que nessas pequenas comarcas não há um número de ações que justifique a instalação de varas federais. Segundo dados de janeiro de 2012, o TJSP tem cerca de 1,9 mil juízes e atua em 279 comarcas. Já a Justiça Federal está presente em apenas 31 comarcas em São Paulo. Só em 2010,

foram impetrados cerca de 160 mil processos de alçada federal em varas da Justiça estadual paulista.

Pelos cálculos do TJSP, cada ação impetrada na Justiça paulista custava, no início do ano, R\$ 965 para a Corte. Já no Tribunal Regional Federal da 3.<sup>a</sup> Região, que atende os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, o custo médio é de R\$ 2.070. O cálculo foi feito a partir dos orçamentos de cada corte, divididos pelo número de processos distribuídos. Assim, se a Justiça Federal tivesse de assumir os processos que são de sua responsabilidade, mas que tramitam na Justiça paulista, suas despesas de custeio aumentariam em mais de R\$ 3 bilhões. Isso sem contar os investimentos necessários para a construção de fóruns, aquisição de equipamentos, logística, informatização e contratação de servidores especializados e de magistrados.

Atualmente, tramitam nas varas da Justiça paulista – que é uma das mais congestionadas e carentes de infraestrutura de todo o País – mais de 18 milhões de processos, dos quais 16,5 milhões são de alçada estadual. Os desembargadores paulistas alegam que os atuais recursos orçamentários de que dispõem não são suficientes para modernizar, informatizar e equipar a Corte, principalmente na primeira instância, que é a mais próxima dos cidadãos. Reclamam da sobrecarga de trabalho trazida pelos processos federais.

E afirmam que a conta sai de graça para a Justiça Federal, pois a União jamais pagou ao TJSP a parcela correspondente às despesas geradas pelos processos da alçada federal.

O Ministério do Planejamento nunca se pronunciou oficialmente sobre a disposição dos dirigentes do TJSP de recorrer ao Supremo, para pedir a inclusão no Orçamento da União dos valores relativos às despesas com as ações federais que tramitam em tribunais estaduais. Informalmente, alguns técnicos alegaram que os problemas financeiros das Justiças estaduais decorrem da má gestão dos recursos disponíveis, da falta de planejamento e de gastos desnecessários com a renovação de frotas de automóveis oficiais, aluguel e concessão de benefícios funcionais a magistrados e servidores.

A crítica se aplica a alguns tribunais, é verdade. No entanto, isso não exige a União de ressarcir as Justiças estaduais pelos gastos decorrentes da tramitação dos processos de alçada federal. Não faz o menor sentido as cortes estaduais trabalharem gratuitamente, lidando com ações judiciais que, por princípio, são de competência exclusiva da Justiça Federal. O que explica o silêncio das autoridades encarregadas de preparar o Orçamento-Geral da União é o receio de que a iniciativa do Tribunal de Justiça de São Paulo acabe estimulando os demais Tribunais de Justiça do País a fazer o mesmo.

# A estética da corrupção

**M**eu Deus, como a CPI do Cachoeira e o “mensalão” do Zé Dirceu têm nos ensinado no último ano...

Aprendemos muito sobre a estética da corrupção, sobre a semiologia dos casos cabeludos. Eu adoro o vocabulário das defesas, das dissimulações, as carinhas franzidas dos acusados na TV ostentando dignidade, adoro ver ladrões de olhos em brasa, dedos espetados, uivos de falsas virtudes. Quando explode um choro, é um êxtase. Alegam, entre soluços, que são sérios, donos de empresas impecáveis. Vai-se olhar as empresas, e nunca nada rola normal, como numa padaria. As empresas sempre são “em sanfona”, “em abíme” – uma dentro da outra, sempre com “holdings”, subsidiárias, firmas sem dono, sem dinheiro, sem obras, vagando num labirinto jurídico e contábil que leva a um precioso caos proposital, pois o emaranhado de ladrões dificulta apurações. Me emociona a amizade dentro das famílias corruptas. São inúmeros os primos, tios, ex-sócios, ex-mulheres que assumem os contratos de gaveta, os recibos falsos, todos labutando unidos. Baixa-me imensa nostalgia de uma família que não tenho e fico imaginando os cálidos abraços, os sussurros de segredo nos cantos das varandas, o piscar de olhos matreiros, as cotoveladas cúmplices quando uma verba é liberada em 24 horas, os charutos comemorativos; tenho inveja dos vastos jantares repletos de moquecas e gargalhadas, piadas, dichotes, sacanagens-tão jucundas, tão “coisas nossas”, que até me enternecem pela preciosidade antropológica de nossa sordidez.

Adoro ver as caras dos canalhas. Muitos são bochechudos, muitos cachacos grossos, contrastando com o “style” anoréxico das vítimas da seca, da fome – proletários ‘chiques’, ‘elegantírrimos’ pela dieta da miséria. Os corruptos tendem para a obesidade e parecem acumular dentro das barrigas suas riquezas sempre iguais: piscinas, fazendas, lanchões, ‘miamis’. Todos têm amantes, todos com esposas desprezadas e tristes se consumindo em plásticas e murchando sob litros de botox, têm filhos paspalhões, deformados pelas doenças atávicas dos pais e avós. Aprecio muito bigodões e bigodinhos. Nas oligarquias, os bigodes corruptos são poderosos, impositivos, bigodes que ocultam origens humil-

**Enquanto houver 25 mil cargos de confiança no País, eles viverão**

des criadas à farinha d’água e batata-de-umbu, camuflando ancestrais miscigenados com índios e negros, na clara dissimulação de um racismo contra si mesmos.

Amo o vocabulário dos velhacos e tartufos. É delicioso ver as caras indignadas na TV, as juras de honestidade, ouvir as interjeições e adjetivos raros: “ilibado”, “estarecido”, “despautério”, “infâmias”, “aleivosias”... Os corruptos amam a norma castiça da língua, palavras que dormem em estado de dicionário e despertam na hora de negar as roubalheiras. São termos solenes, ao contrário das gravações em telefone: “Manda a grana logo para o F.d.p. do banco, que é um grande \*#@, senão eu vou #@\*\* a mãe deste \*#&@ !!!” Outra coisa maravilhosa nos canalhas é a falta de memória. Ninguém se lembra de nada nunca: “Como? Aquela mulher ali, loura, ‘popozuda’, de minissaia? Não me lembro se foi minha secretária ou não”. E o aparente descaso com o dinheiro? Na vida real, farejam a grana como perdigueiros e, no entanto, dizem nos inquéritos: “Th!... como será que apareceram R\$ 10 milhões na minha conta? Nem reparei. Ah... esta minha memória!...”

E logo acorrem os juízes das comarcas amigas, que dão liminares e mandados de segurança de madrugada, de pijama, no sólido apadrinhamento oligárquico, na cordialidade forense e sempre alerta, feita de protelações, dasaforamentos, instâncias infinitas, até o momento em que surge um juiz decente e jovem, que condena alguém e é logo xingado de “exibicionista”. Adoro as imposturas, as perfídias, os sepulcros caiados, os beijos de Judas, os abraços de tamanduá, as lágrimas de crocodilo. Adoro a paisagem vagabunda de nossa vida brasileira, adoro esses exemplos de sordidez descarada, que tanto ensinam sobre o nosso Brasil. Amo também ver o balé jurídico da impunidade. Assim que se pega o gatu-no, ali, na boca da cumbuca, ali, na hora da “mão grande”, surgem logo os advogados, com ternos brilhantes, sisudos semblantes, liminares na cinta, serenidade cafajeste e, por trás de muitos deles, dá para enxergar as faculdades malfeitas, as ‘chicaninhas’ decoradas, os diplomas comprados.

Imagino a adrenalina que lhes acende o sangue quando a mala preta voa em sua direção, cheia de dólares. Imagino os olhos covardes dos juízes que lhes dão ganho de causa, fingindo não perceber a piscadela cúmplice que lhes enviam na hora da emissão da liminar.

Os canalhas explicam o Brasil de hoje. Eles têm raízes: avô ladrão, bisavô negroiro e tataravô degredado. Durante quatro séculos, homens como eles criaram capitâneas, igrejas, congressos, labirintos. Nunca serão exterminados; ao contrário – estão crescendo. Acham-se sempre certos, pois são ‘vítimas’ de um mal antigo: uma vingança pela humilhação infantil, pela mãe lavadeira ou prostituta que trabalhou duro para comprar seu diploma falso de advogado. Não adianta prender nem matar; sacripantas, velhacos, biltres e salafrários renascerão com outros nomes, inventando novas formas de roubar o País.

Adoro ver como eles gostam do delicioso arripio de se saberem olhados nos restaurantes e bordéis; homens e mulheres veem-nos com volúpia: “Olha, lá vai o ladrão...” – sussurram fascinados por seu cinismo sorridente, os “maîtres” se arremessando nas churrascarias de Brasília e eles flutuando entre picanhas e chuletas. Enquanto houver 25 mil cargos de confiança no País, enquanto houver autarquias dando empréstimos a fundo perdido, eles viverão. Não adiantam CPIs querendo punir. No caso do mensalão, durante suas defesas no STF, vimos que muitos contavam justamente com as deficiências da Justiça para ganhar. Pode ser que agora mude tudo, depois desse julgamento histórico. Mas, enquanto houver este bendito Código de Processo Penal, eles sempre renascerão como rabos de lagartixa.

13 NOV 2012

# O ESTADO DE S. PAULO Brasil é eleito para Conselho de Direitos Humanos da ONU

Os outros representantes da América Latina serão Argentina e Venezuela; EUA e Alemanha também são escolhidos

A Assembleia-Geral da ONU aprovou ontem a entrada de Brasil, Venezuela e Argentina no Conselho de Direitos Humanos (CDH) – eles substituirão Cuba, México e Uruguai. Em votação direta e secreta, também foram eleitos outros 15 países: Alemanha, Coreia do Sul, Costa do Marfim, Emirados Árabes, Estônia, Etiópia, Gabão, Irlanda, Japão, Casaquistão, Quênia, Montenegro, Paquistão, Serra Leoa e EUA.

Na votação, realizada pelos 193 membros da Assembleia-Geral, o Brasil teve o respaldo de 184 países. A Venezuela foi eleita com o voto de 154 nações. A Argentina, de 176 – para ser eleito, é preciso 93 votos. O embaixador da Venezuela na ONU, Jorge Valero, agradeceu o “arrasador” apoio à revolução bolivariana contra o que definiu como uma campanha orquestrada por outros países para evitar a entrada de Caracas no CDH – muito criticado pela inoperância.

A embaixadora dos EUA na ONU, Susan Rice, defendeu ontem o histórico do órgão. Ela citou iniciativas relacionadas à Síria como um exemplo positivo – embora tenha condenado o “excessivo foco anti-Israel”. Os EUA boicotaram o conselho até 2009, mas, depois da posse de Barack Obama como presidente, Washington decidiu se candidatar a uma vaga para tentar reformá-lo.

**Disputa.** A ONG Human Rights Watch (HRW) lamentou a falta de disputa por vagas do conselho – na escolha de ontem, o único bloco regional em que houve disputa foi a Europa Ocidental. Nos demais, havia vagas para todos os países candidatos. “Chamar a votação de ‘eleição’ é dar crédito demais ao processo”, disse Peggy Hicks, da HRW. Vários países onde há violações de direitos humanos já desistiram de participar do CDH em razão da pressão de ativistas e governos – isto ocorreu com o Sudão, este ano, e com a Síria, em 2011.

## SÔNIA RACY

### Lua cheia

Às vésperas da posse de Joaquim Barbosa na presidência do STF, Marco Aurélio Mello – que travou duelo com ele, semana passada, durante o julgamento do mensalão – responde com ironia ao ser indagado sobre a chegada do colega ao topo do Judiciário: “Tenho receio, não medo. Porque medo não tenho nem de lobisomem”, disse à coluna.

### Pais indenizarão vítima por crimes dos filhos

Os pais de três adolescentes de Jardinópolis (SP), acusados de abusar sexualmente de um menino de 6 anos, terão de pagar indenização de R\$ 62.200 à família da vítima. De acordo com o jornal *A Cidade*, a família da vítima vai aceitar o valor imposto pelo Tribunal de Justiça. O caso ocorreu há 15 anos. Os acusados negam o abuso. O advogado de um deles, Nélio Pereira Lima, não quis se pronunciar sobre o caso

13 NOV 2012

## FOLHA DE S. PAULO

NELSON MISSIAS DE MORAIS

### Insensível, Executivo arrocha juízes

Nestes dois primeiros anos do atual governo, foram apresentadas justificativas de natureza econômica irreal ou inexistente para ignorar a autonomia administrativa e financeira do Judiciário na construção da proposta orçamentária da União.

Numa posição antirrepublicana de descumprir a Constituição, o Executivo Federal excluiu, pelo segundo ano consecutivo, a proposta orçamentária elaborada pelo Judiciário, pertinente à Revisão Geral Anual dos Subsídios dos Ministros da Suprema Corte, do Orçamento da União.

A decisão unilateral nem sequer foi discutida com o presidente do Supremo Tribunal Federal, que é o chefe do Judiciário. Pelo princípio republicano não se deve dispensar os cuidados à união indissolúvel dos três entes federativos e a independência entre os poderes, que se firmam em cânones constitucionais intangíveis.

De acordo com o respeitado constitucionalista Celso Bastos, as funções estabelecidas ao Legislativo, Executivo e Judiciário são “os moldes jurídicos dentro dos quais deverão ser cumpridas as finalidades estatais”. São funções relativamente fixas, harmônicas e independentes, que funcionam como contenção de um poder sobre o outro, para se evitar o arbítrio. Resumindo, o Orçamento da União é dos três Poderes e não só do Executivo.

Em 2011, após reação em tom de grave advertência do então presiden-

**É preciso restaurar o respeito entre os Poderes. Sem reposição — e com uma inflação que de controlada só tem a intenção —, a magistratura sofre evasão**

te do STF, Cezar Peluso, o governo recuou e encaminhou aditivo ao Projeto de Lei Orçamentária de 2012, por meio da mensagem 355. Como era previsto, ou por conviência, o Congresso a tratou como emenda, em vez de parte integrante do projeto original.

Não deu outra: a “emenda” foi rejeitada, sob o argumento de que criava despesas sem identificar fonte de recursos. O Judiciário foi duplamente avariado pelo Executivo, sem qualquer esboço de reação do Legislativo.

O desrespeito a direitos consagrados na Constituição, como o da irredutibilidade dos vencimentos dos magistrados, configura um lamentável quadro de insensibilidade do Poder Executivo com o Judiciário.

Há sete anos, os mais de 17 mil magistrados estão sem a recomposição monetária real de seus subsídios, ante inflação de quase 30%, que de controlada só tem a intenção.

Não se defende ou se reclama reajuste dos subsídios dos membros do Judiciário. Ao contrário, o que se busca é só a reposição inflacionária. Isso é um direito constitucional, e não deve ser tratado como favor.

Paradoxalmente, o Executivo con-

cede, quase que anualmente, reajuste a outras categorias do funcionalismo, como o que acabou de ser autorizado, de 15% a 30%, em média. Nenhuma outra categoria tem há sete anos vencimentos congelados.

A recomposição inflacionária dos subsídios dos magistrados, que é obrigatória, deveria ser feita pelo próprio Poder Judiciário. Além de contrabalançar os efeitos da inflação, essa é a forma de compensar as limitações impostas à classe de obter rendimentos externos. Como consequência, o Judiciário tem sofrido com a evasão de juízes, que estão deixando a magistratura em busca de melhor remuneração.

Neste ano, o descaso se repete e, até agora, somente a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), Ajufe (Associação dos Juízes Federais do Brasil) e Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) se manifestaram junto ao STF, com um mandato de segurança coletivo, para suspender a votação do Orçamento da União até que nele seja incluída a proposta orçamentária do Judiciário, com as respectivas fontes de recursos. É imprescindível resgatar e garantir a estabilidade das instituições que se finca no respeito entre os poderes.

NELSON MISSIAS DE MORAIS, 51, é secretário-geral da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) e desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais

EDITORIAL FOLHA DE S. PAULO  
Julgamento para a história

13 NOV 2012

Fixadas pelo Supremo Tribunal Federal as penas que recaem sobre os principais acusados do mensalão, o julgamento de um dos maiores escândalos da história republicana vai chegando ao seu desfecho.

A compra de votos de parlamentares, com recursos desviados do patrimônio público, foi capitaneada pelo principal auxiliar do presidente Lula, o então ministro José Dirceu. Na sessão de ontem do STF, sua punição por formação de quadrilha e corrupção ativa, ainda sujeita a ajustes, foi estipulada em dez anos e dez meses de prisão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado.

Não é o caso de celebrar, com espírito vindicativo, a decisão do tribunal. Haverá motivos para comemorar o resultado do julgamento apenas se, no futuro, o rigor e o cuidado que o presidiram se tornarem corriqueiros, e não, como ainda acontece, fatos excepcionais na política do país.

Um país em que a indignação dava lugar para o conformismo e em que todo escândalo estava destinado à impunidade e ao esquecimento — talvez esse país comece a ser outro, a partir de agora.

Até pelo ineditismo das circunstâncias, não se pode deixar de observar que o julgamento se deu com alguma dose de improviso. Não havia clareza quanto ao que fazer, por exemplo, no caso de empate entre os magistrados. Foi a meio caminho que se fixaram, ademais, critérios quantitativos para aumentar a pena dos condenados quando o mesmo delito se repetia várias vezes.

As discussões entre os ministros, que frequentemente extravasaram os contornos da serenidade que se espera de um tribunal superior, foram entretanto evidentes demonstrações de que a decisão se deu num clima de liberdade absoluta, com amplo espaço para a divergência.

Um julgamento minucioso, que resulta em condenações fundamentadas solidamente em nexos fáticos e lógicos, expôs-se dia a dia pelas câmeras de TV.

Culminou-se o trabalho do Ministério Público, da Polícia Federal e das CPIs que, deflagrado por revelações da imprensa crítica, desvendou uma das mais complexas e nefastas tramas criminais já urdidas nos bastidores do poder. Outros casos, a começar pelo das relações de Marcos Valério com o PSDB de Minas Gerais, terão de ser examinados sem demora.

Não será num dia que se banirá a impunidade da política brasileira, mas emergiram, como nunca, as condições para que isso aconteça.

# FOLHA DE S. PAULO

**96** contraponto

13 NOV 2012

## Água na fervura

Logo depois do mais intenso bate-boca entre Joaquim Barbosa e Ricardo Lewandowski desde o início do julgamento do mensalão, na sessão de ontem, chegou a vez de Marco Aurélio Mello votár sobre a pena para José Dirceu. Antes de começar, derrubou um copo na bancada.

— Senhor presidente, perdão. Acabei derrubando um copo e molhei tudo aqui...

O presidente Carlos Ayres Britto, que tem procurado atuar como mediador das rugas entre relator e revisor, aproveitou a deixa para distensionar a sessão:

— Literalmente V. Exa. esfriou o ambiente de vez!

## MÔNICA BERGAMO

### DO OUTRO LADO

Cezar Peluso, ex-presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), pediu a reabilitação de sua inscrição na OAB-SP. Aposentado em setembro, ele voltará a advogar.



No tribunal, no entanto, Peluso só poderá atuar diretamente em 2015, depois de cumprir quarentena de três anos. Antes disso, pode trabalhar como consultor.

## **Audiências com empresas aéreas resultam em mais de 60% de acordos no PR**

As audiências de conciliação realizadas nos primeiros três dias da **Semana de Conciliação** no Paraná, para solucionar processos envolvendo companhias aéreas, resultaram em mais de 60% de acordos. Das 105 audiências realizadas, 64 terminaram em acordo amigável entre as partes, colocando um ponto final no litígio. Para esta semana, estão agendadas outras 108 audiências no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (**TJPR**), na tentativa de solucionar esse tipo de ação.

No estado, tanto o TJPR, quanto os juízes das comarcas estão realizando esforço concentrado, a partir de mutirões temáticos, para dar vazão aos processos por meio da conciliação. Os trabalhos vão até a próxima quarta-feira (14/11), quando termina a mobilização nacional.

**Bancos** – Em julho, o Centro de Conciliação e Cidadania do TJPR realizou dois mutirões temáticos de conciliação para solucionar ações judiciais envolvendo instituições financeiras. A mobilização, coordenada pela desembargadora Denise Krüger Pereira, envolveu processos das 23 Varas Cíveis de Curitiba e apelações que se encontravam no TJPR.

No primeiro mutirão, foram realizadas 125 audiências, das quais 33,6% resultaram em acordo. Foram 42 processos solucionados por meio da conciliação entre as partes. O mutirão foi solicitado pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e buscou resolver processos envolvendo os Bancos Safra, BV Financeira, Citibank, HSBC, Panamericano e Santander.

Na segunda fase da mobilização, 123 audiências foram promovidas com um percentual de acordos de 35%. Ao todo foram 43 acordos firmados, colocando fim a ações de recuperação de crédito e processos de não correntistas contra o Banco Itaú Unibanco S/A.